



Vais lhes avisar de que a provisória autoridade
a ser nomeada permanecerá no cargo de 60 dias
do dia 1º de setembro. Se durante esse tempo não se
realizar a eleição, o presidente da provisória permanecerá
até que se realize a eleição. A nova autoridade permanecerá
até que seja nomeado um novo presidente. Pode
haver uma dissidência entre os candidatos, nesse caso a
que não apresentar a maior simpatia é aprovada. A dissidência
que permanecerá é a votação triunfante, mas não
louva a simpatia do candidato Fernando Pires. Em tal
caso o presidente, a seu pedido, interromperá a sessão e com
retirada por ameaça. As audiências da provisória de todos
e a Proteção Civil, o Conselho Presidente encerrará
a sessão, sendo este ato louvado e se for aprovado confor-
me rei acordado pelo Presidente e Primeiro Secretário

Joaquim Faria



167

The site selection approach has been
based on three approaches to identify
the location to be developed. The
first option is to select the area
that has the greatest potential
and where it is likely to have a
positive impact on the environment
and the local community. This approach
is often used for large-scale
infrastructure projects such as
highways and dams. The second
option is to select the area
where there is a high level of
local support and interest.
This approach is often used for
smaller projects such as local
improvements or developments.
The third option is to select the
area that has the lowest
environmental impact and
the highest level of
local support and interest.

empresas que investiam em esporte havia
Em relação a R\$ cento e sessenta e três, fa-
lou que a guardava confirmação de audiência com o Se-
nhor Governador, onde estariam cobrando o asfaltamento des-
ta importante rodovia. Lembrou a necessidade da recupe-
ração das estradas estaduais, salientando a necessidade de
uma ação emergencial do FETHAB. Falou que a reunião
que aconteceria após a Sessão, tentaria resolver o impasse
criado em torno do asfaltamento comunitário. Em seguida
deu-se início a apresentação das matérias que constavam
da pauta. Inicialmente o Projeto de Lei onze, barra, dois
mil e um de autoria do Senador Joel Baldo foi encami-
nhado à Comissão de Justiça e Redação. Ato contínuo foi apre-
sentado o Projeto de Lei sete, barra, dois mil e um, de au-

toia do Vereador Pedro Mendes. Em discussão, nada havendo, em terceira e última votação foi aprovado. Em seguida foi lida a Indicação cento e noventa e quatro, Serra, dois mil e um, de autoria da Vereadora Cleusa Navarini que a justificou. Em discussão o Vereador Ivonildo São Cristóvão informou a Vereadora autora que também havia trabalhado nesse sentido, cobrando providência do Poder Executivo. Nada mais havendo, em votação foi aprovada. Logo após a indicação cento e noventa e cinco, Serra, dois mil e um, de autoria do Vereador Pedro Mendes foi apresentada. Em discussão Pedro Mendes a justificou dizendo que a proposta é asfaltamento comunitário não deveria gerar discussão vez que o Poder Público não deveria se meter onde não tem competência para realizar, disse ser uma inconsequência a não liberação daquele asfaltamento. Apresentando o Vereador Baiano Filho falou da necessidade dos asfaltamentos da Avenida dos Fazendários, mas que naquela localidade haviam vários problemas, por exemplo, o postamentamento que deveria ser deslocado do canteiro central para as laterais, grandes áreas públicas pelas quais o Poder Público precisa passar. Disse que a Comissão de Obras da Casa deveria acompanhar as questões atinentes ao asfaltamento comunitário. Pedro Mendes reafirmou que trazia para discussão na Casa assuntos de real interesse do pinopense, salientando que o Prefeito Municipal havia sido eleito para administrar problemas e buscar soluções. Apresentando o Vereador Juarez Costa efetuou a leitura das correspondências enviadas pela empresa Transterra aos moradores do Bairro Jardim Primaveras, com as respostas obtidas do Poder Executivo. O Vereador Baiano Filho apresentou novamente o Vereador Pedro Mendes dizendo que até entendia a diferença de preço, mas que a Empresa Soloplasm aceitava como parte de pagamento da Prefeitura Municipal, cascalho e emulsão asfáltica e a Empresa Transterra não. Falou que o impasse deve ser

ser solucionado e que a empresa não deveria procurar um dia um e outro dia outro. Juarez Costa disse que havia sido procurado uma única vez pela Empresa Transterra, e que os Vereadores Baiano Filho, Pedro Mendes e Alexandre Góis também participaram da reunião, as demais vezes que mantinha contato havia sido a pedido de moradores. Pedro Mendes confessou que não queria gerar tamanha discussão com sua reivindicação, mas diante dos pronunciamentos registrou sua preocupação vez que fora dito que o Poder Público negociava cascalho e emulsão asfáltica e esta prática é proibida para o Poder Público. A parteando Baiano Filho disse que não havia nenhuma anomaliaidade naquele tipo de negociação. Ainda em discussão a Indicacão Cluzia Navarini falou que em reuniões havida entre Prefeitura, Vereadores e empreiteira ficara lido e designado o asfaltamento comunitário para toda cidade, não sendo necessárias indicações. Ressaltou que a empresa que estava criando aquela celeuma, afirmara que não faria asfalto a despeito resis o metro quadrado. Disse que a Prefeitura acenara favorável, mas não dissera que faria tudo no ano de dois mil e um. Falou que a permuta era perfeitamente possível. Frisou que não participaria da reunião que aconteceria após a sessão. A parteando o Vereador Waldir Santorelo falou que não acreditava em perseguições por parte da Administração Municipal, vez que o Executivo havia autorizado para asfaltamento o melhor trecho do Bairro Jardim Primavera para ser executado pela empresa Transterra. Cluzia Navarini lembrou que a Empresa em questão afirmara que não reduziria preços e que na ocasião a Vereadora dissera que a concorrência se encarregaria de proporcionar diminuição de preços. A parteando Mauro



Garcia salientou que não participaria da reunião após a sessão. Disse que não acudiria em persiguição por parte do Poder Público e os locais apontados pela Empresa Transitura era onde a Prefeitura possuia as maiores áreas. Russellou que o asfaltamento estava liberado, desde que fosse feito à altura resis o metro quadrado. Salou ser favorável à execução do asfalto, mas dentro das possibilidades da Prefeitura. Cleuzá Naravini disse que não pretendia tratar mais daquele assunto e ficar questionando formas de pagamento. Juarez Costa salientou que era necessário reavaliar o compromisso assumido quanto aos quadrados para que não se prejudicasse os locais em que o Poder Público tivesse que pagar suas frentes. Apontando Baiano Filho informou que a Casa estava trabalhando em projeto para autorizar o deslocamento de maquinários para serviços transitórios. Juarez Costa disse que o Poder Público não poderia auxiliar empresas particulares com equipamentos públicos pois a concorrência seria desleal. Em votação, foi aprovada. Ato Contínuo foi lida a Indicação cento e noventa e seis, barra, dois mil e um, de autoria do Vereador Mauro Garcia, que a justificou. Em discussão, nada havendo, em votação foi aprovada. As indicações cento e noventa e sete, barra, dois mil e um, de autoria do Vereador Ivonei do São Cristóvão e cento e noventa e oito, barra, dois mil e um de autoria do Vereador Pedrinho foram retradas de pauta. Em tempo registra-se que quando do pronunciamento do Vereador Juarez Costa este registrou seu descontentamento em relação ao asfaltamento comunitário. Apontando o Vereador Taldin Saltinho disse que o asfalto poderia ser realizado, a questão era que a Prefeitura Municipal necessitava de tratamento diferenciado, falou que o Prefeito Municipal estava trabalhando para buscar recursos para

a pavimentação da Escola Pisinatti. Fosse tal que a reunião que aconteceria após a Sessão seria muito importante para acertar detalhes de preço, pois o Bairro Jardim Paraisó estava aguardando para ser asfaltado e a empresa Transterra, havia se recusado a fazer a despesa real. Juarez Costa ressaltou que a discussão era salutar pois a sociedade estava sendo enganada, enquanto uma empresa cobrava sete vírgula cinco por cento de juros no mês a outra cobrava dois vírgula cinco, sendo esta diferença gritante. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todo, e a Proteção Divina dando por encerrada à sessão, sendo a presente Ata lavrada e se achada conforme irá assinada pelo Presidente e Primeiro Secretário.

Tony Faria

Ata da vigésima sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e um, às dezoito horas e dez minutos, reuniram-se os senhores Vereadores à sala das sessões para realização da vigésima sexta sessão ordinária do ano em curso. Invocando a Proteção Divina dei início o Senhor Presidente aos trabalhos, solicitando de imediato a leitura da Ata da Sessão anterior. Em discussão, nada havendo, em votação foi aprovada. Ato Contínuo o Vereador primeiro secretário efetuou a leitura das correspondências recebidas e expedidas pela Casa. Em seguida, em virtude do pedido de licença do Vereador Alexandre Picin o suplente de Vereador Wilson Garcia foi convocado, o qual declarou-se impossibilitado de assumir o cargo naquele momento assim sendo atendida disposição regimental o Senhor Presidente convoca-